

OS DISCURSOS DE JUSCELINO KUBITSCHKEK SOBRE A OPERAÇÃO PAN-AMERICANA E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE AMERICANA

JUSCELINO KUBITSCHKEK'S SPEECHES ABOUT PAN-AMERICAN OPERATION AND THE CONSTRUCTION OF AN AMERICAN IDENTITY

Renato Somberg Pfeffer

IBMEC/MG e Fundação João Pinheiro /MG

Pedro Nédir de Lima

IBMEC/MG

Resumo

O presente artigo pretende analisar a Operação Pan-Americana (OPA) e suas particularidades durante o governo Juscelino Kubitschek (JK) sob a perspectiva de seus discursos presidenciais. A Operação Pan-Americana foi um projeto do governo brasileiro que buscava unir o continente americano com objetivos políticos, sociais, econômicos, militares e culturais. Nesse projeto os Estados Unidos assumiriam um compromisso de cooperação e liderança na luta contra o subdesenvolvimento na América Latina. A OPA foi concebida também com a intenção de evitar a propagação de ideias e a fundação de regimes comunistas na América. Tendo como referência as orientações metodológicas da “Nova História” e da teoria pós-moderna de Relações Internacionais, o artigo defende que os discursos de JK fazem parte de uma estratégia governamental para criar uma identidade americana a partir de “inimigos externos” e do combate ao subdesenvolvimento.

Palavras chave

Juscelino Kubitschek. OPA. Discursos presidenciais. Identidade americana

Abstract

This article aims to analyze the Pan American Operation (OPA) and its peculiarities during the Juscelino Kubitschek (JK) government by analysing yours presidential speeches. The Pan American Operation was a project of the Brazilian government that sought to unite the American continent with political, social, economic, military and cultural objectives. In this project the United States would assume a commitment of cooperation and leadership in the fight against underdevelopment in Latin America. The OPA was also conceived with the intention of avoiding the propagation of ideas and the founding of communist regimes in America. The article argues that JK's discourses are part of a governmental strategy to create an American identity from "foreign enemies" and the fight against underdevelopment.

Keywords

Juscelino Kubitschek. OPA. Presidential speeches. American identity

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende analisar a Operação Pan-Americana (OPA) e suas particularidades durante o governo de Juscelino Kubitschek (JK), sob a perspectiva de seus discursos presidenciais. A Operação Pan-Americana, segundo Pereira (2011), foi uma tentativa da diplomacia brasileira de unir os países da América durante a administração de Juscelino Kubitschek, no final da década de 1950, quando era presidente. Tratava-se de um projeto com objetivos políticos, sociais, econômicos, militares e culturais, no qual os Estados Unidos assumiriam um compromisso de cooperação na luta contra o subdesenvolvimento na América Latina. Havia até então, uma insatisfação generalizada entre os países latino-americanos com a política externa norte-americana na região. Além desse desejado reposicionamento do papel dos Estados Unidos, a OPA foi concebida com a intenção de evitar a propagação e fundação de regimes comunistas na América. Assim, a Guerra Fria tem grande relevância no desenrolar e no desfecho desse projeto brasileiro.

Tendo como referência as orientações metodológicas da “Nova História” e de pensadores vinculados à teoria pós-moderna de Relações Internacionais, o artigo defende que os discursos de Juscelino fazem parte de uma estratégia governamental para criar uma identidade americana a partir de inimigos externos e do

combate ao subdesenvolvimento. O texto é dividido da seguinte maneira: nas duas primeiras partes são discutidas questões metodológicas e teóricas que justificam a utilização dos discursos presidenciais para análise das Relações Internacionais, nos apartados de quatro a seis são analisadas a criação, evolução e desfecho da OPA e, por fim, nos tópicos sete e oito são discutidas as falas de JK relacionando-as a questão da identidade americana.

2. QUESTÕES METODOLÓGICAS

É recorrente, na História do Estado brasileiro, e, especificamente, na História das relações internacionais do Brasil, um vínculo a uma tradição conservadora em termos teóricos, metodológicos, conceituais e temáticos. Assim como a historiografia Política do Brasil, a História das Relações Internacionais do país tem sido criticada por enfatizar fatos isolados, ser elitista, anedótica, desprovida de análises e de não levar em conta os aspectos econômicos e sociais do Brasil. Tal visão, marcadamente positivista, passou por uma revolução com os estudos historiográficos encetados, a partir de 1970, pela terceira geração da Escola de Annales (LE GOFF, 1994), que consideravam toda atividade humana como história. Houve, ali, um renascimento da História Política sob novas bases ao se incorporarem os conceitos de representação coletiva e estruturas mentais. Nessa Nova História, caberia ao historiador a análise e a interpretação crítica dos fatos, superando perspectiva de um historiador que apenas narra os acontecimentos. A partir de então, a historiografia das Relações Internacionais começou a incorporar os avanços da historiografia contemporânea, em especial, dessa Nova História. Assiste-se, então, a passagem gradual da noção de fato histórico isolado para as noções de longa duração e história do cotidiano. Ao mesmo tempo, a nova historiografia promove a interdisciplinaridade com outras ciências humanas (Antropologia, Psicologia, Sociologia, ...) e propõe uma

multiplicidade de fontes históricas antes negligenciadas (documentos orais, fotografias, filmes, ...).

Sem se confundir com a História Política, e, apesar de seus pontos de interseção, a História das Relações Internacionais pode ser encarada como instância relativamente autônoma de poder que requer, portanto, o uso de categorias específicas. Sendo as Relações Internacionais uma instância cujos atores agem politicamente, e não apenas executam decisões tomadas pelos políticos, o Estado não poderia mais ser concebido como um bloco monolítico a ser reificado.

Lustosa (2016) classifica as fontes do estudo historiográfico na perspectiva da Nova História em seis categorias: 1. Repertório de leis sobre a organização governamental brasileira; 2. Relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU); 3. Estatísticas; 4. Arquivos pessoais; 5. Histórias de vida — história oral e fontes biográficas e 6. Falas do trono e mensagens presidenciais. Essas fontes estão relacionadas aos pressupostos teórico-metodológicos que buscam incorporar à historiografia perspectivas da Nova História, que defende a utilização de materiais diversos não utilizados anteriormente. A isso pode ser acrescida a ideia de que o fenômeno das relações internacionais é extremamente complexo e requer essa pluralidade de fontes. Dentre essas categorias listadas por Lustosa, o presente artigo destaca os discursos presidenciais, especificamente, as falas de Juscelino Kubitschek acerca da OPA durante seu mandato.

Os discursos de Juscelino serão analisados à luz das teorias pós-modernas da área de Relações Internacionais, que defendem, de forma sintética, que a realidade é construída através desses discursos. Especificamente em relação aos discursos analisados sobre a Operação Pan Americana, é possível perceber a tentativa do Estado de construir a identidade americana a partir da identificação de “inimigos” externos (Europa e países comunistas)

e do combate ao subdesenvolvimento por meio da associação com os “amigos” do continente americano.

3. REFERENCIAL TEÓRICO: A PÓS-MODERNIDADE E A IMPORTÂNCIA DOS DISCURSOS PARA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Após os anos 80, com a crise na área das relações internacionais, novas discussões foram colocadas em pauta e as teorias tradicionais até então existentes começaram a ser questionadas. Segundo Keohane (1988), pós-modernos passaram a discutir como a linguagem, os discursos, a identidade e as representações originaram as estruturas sociais que chamamos de realidade, ou seja, como a realidade social era construída.

Foucault (1979, 1980) foi um dos críticos da modernidade e procurava entender como o conhecimento era produzido. Em um primeiro momento, ele destaca que todo conhecimento tem uma história, é baseado em algo. Assim, há a separação do saber e do poder, em que o conhecimento é produzido por um discurso dominante que irá determinar o rumo em que as coisas são pensadas, dadas e imaginadas. Os discursos dominantes controlavam o horizonte do conhecimento humano e criavam uma identidade que privilegiava alguns e excluía outros. Para Foucault, quem detinha o conhecimento ditava as verdades e sempre lutava para a manutenção do *status quo*, algo privilegiado. E era de interesse dessa parcela da sociedade que essas verdades não fossem questionadas e sim absolutas, o que facilitava a sua manutenção no poder. A proposta apresentada pelo filósofo é que a sociedade resistisse aos discursos dominantes, com isso, as verdades absolutas seriam desfeitas.

Jacques Derrida (1976) também inspirou a crítica pós-moderna ao propor a desconstrução da realidade como discurso.

Derrida critica as dicotomias da filosofia ocidental, como bem/mal, morte/vida, pois, para ele, nesses opostos, sempre há um que é privilegiado em posição de hierarquia. Esses opostos nunca serão iguais em valor nem independentes entre si. A realidade como pura presença não existiria para Derrida, apenas sua representação. Por isso os discursos determinarão o que pode ou não ser representado e como isso ocorrerá. Seriam os discursos que indicariam o que é possível. A realidade seria a disputa desses discursos para se consolidar como sistema de representação. A solução para ele seria eliminar as hierarquias presentes na estrutura do pensamento ocidental moderno.

O desafio é mostrar ‘o quanto os discursos importam’ para a ação estatal ao provar, primeiro, o relativo poder explicativo do discurso em oposição às explicações materialistas e, segundo, o efeito causal da identidade na política externa. (HANSEN, 2006, p. 25).

A transformação social será feita pelo discurso, pois a linguagem não é monopolizada. Portanto, o discurso determina os significados e naturaliza a realidade. Quanto aos interesses nacionais, só se transformam em conteúdo e têm significado no momento em que são interpretados e se transformam em discurso.

Para os pós-modernistas/ estruturalistas, a linguagem é autônoma ao construir a realidade através dos discursos. As perguntas passam de “porque” para “como”, ou seja, como determinada realidade é produzida e como ela cria interesses?

Quando, no final da década de 1980, a questão da relevância dos discursos atinge o campo teórico das Relações Internacionais, autores com Ashley (1987, 1989), Walker (1993) e Campbell (1998) passam a produzir textos incorporando as ideias da pós-modernidade ao estudo das relações internacionais.

Inspirado em Foucault, Ashley (1987, 1989) questiona o protagonismo exagerado dado ao Estado pelo saber teórico em Relações Internacionais. Ele questionou o logocentrismo das teorias tradicionais que dividiam o mundo em esferas opostas e irreconciliáveis, a internacional e a doméstica, reproduzindo a dicotomia soberania/anarquia que viabilizou o projeto de modernidade. A partir dessa crítica, Ashley vai propor a desconstrução desse discurso tradicional, em especial, o conceito de soberania e as dualidades expressas por esse conceito (interno/externo, cidadão/estrangeiro, etc.). Segundo o autor, essas dualidades não seriam naturais e sim promovidas historicamente pelos discursos de Estados. Em troca da submissão, o Estado prometia ordem, proteção e progresso. Essa era a maneira dos Estados nacionais se legitimarem e serem apresentados como entidades a-históricas e unitárias, o que, segundo ele, era uma falácia. Ashley defende que o Estado está intrinsecamente ligado à formação do sistema internacional e não passaria de uma construção histórica.

No mesmo diapasão, Walker (1993) tenta demonstrar que nossa imaginação política foi atrelada discursivamente à ideia de Estado soberano. A globalização teria colocado em xeque esse espaço territorial privilegiado representado pelo Estado, tornando ultrapassadas as teorias dominantes na área de Relações Internacionais que teria reificado dicotomias: utopia/realismo, identidade/diferença, dentro/fora. Essas categorias constituídas historicamente pelas teorias dominantes separava o nacional/internacional, induzindo ao pensamento que a ética só poderia ocorrer dentro do Estado, ao passo que o fora é o lugar da anarquia. Assim como Ashley, Walker defende a problematização dessas dicotomias (ASHLEY; WALKER, 1990).

Influenciado também pelo pensamento pós-moderno, Campbell (1998) também critica a reificação do Estado e propõe

um repensar de sua genealogia. Sua hipótese é que através da prática discursiva do “externo”, a política externa reproduz a identidade do Estado e reafirma sua existência. Em síntese, ele defende uma inversão da visão dominante da teoria das Relações Internacionais que propugnava que a política externa era um reflexo da identidade doméstica. Ao contrário, ele sustenta que, através dos discursos, o Estado cria a identidade nacional. Tais ações seriam reforçadas no atual contexto de globalização, quando as identidades nacionais estão sob ameaça. Os Estados reagem a esse novo contexto, em um movimento de autodefesa, submetendo seus cidadãos a um discurso de perigo externo para reforçar suas fronteiras e excluir o diferente. Nesse sentido, a política externa deixa de ser o reflexo de uma identidade nacional pré-existente para se tornar produtora dessa identidade. Em sua visão, a esfera internacional era uma arena povoada por Estados sem identidades prévias e seguras de que buscavam forjar as identidades nacionais a partir de ameaças externas.

A articulação constante do perigo através da política externa é, assim, não uma ameaça para a identidade ou para a existência de um Estado; mas sim sua própria condição de possibilidade (CAMPBELL, 1998, p. 12).

O Estado, para Campbell, portanto, não se baseava na nação como afirmavam as teorias tradicionais e sim a criava a partir do perigo externo. Ao romper a visão tradicional que entendia a essência da nação como anterior à realidade do Estado, Campbell acredita que “o nacionalismo é uma construção do Estado na busca da legitimidade” (CAMPBELL, 1998, p. 11). Nesse processo, os Estados criam narrativas e mitos de si mesmos, buscando construir, a partir de discursos, um “eu” que representa o bem e um “outro” que representa o mal.

4. O BRASIL E A OPA

Na segunda metade da década de 1950, o Brasil era um país com demografia, dívida externa e inflação crescentes. A economia ainda era essencialmente rural, e, em nível político, o debate nacional envolvia estratégias de desenvolvimento autônomo *versus* dependente. Os autonomistas defendiam um desenvolvimento calçado na soberania popular, os dependentistas, por sua vez, um desenvolvimento em associação ao capital estrangeiro. A eleição de JK consolida a vitória dessa segunda tendência (VIVIGAL, 2013).

Juscelino foi eleito com a proposta ambiciosa de desenvolver o Brasil cinquenta anos em cinco. Ele prometia aproveitar as potencialidades naturais do país (petróleo, ferro, entre outros) e promover uma aliança entre capital estatal, privado nacional e privado estrangeiro. Esse tripé garantiria, segundo Vidigal (2013), investimentos nas áreas de energia, transporte, indústrias de base, alimentação e educação. Os estudos que embasaram a proposta giravam em torno da aplicação de capital privado nacional e internacional em áreas atrasadas do continente, do aumento dos créditos disponibilizados pelos organismos internacionais, da adequação das economias internas às regras do mercado, da ampliação de programas de capacitação, entre outros. Paralelamente, enfatizava-se a importância do capital público nos setores básicos e de infraestrutura que demandavam elevados recursos.

A atração de capital estrangeiro era fundamental nesse projeto, e a proposta governamental de criar a OPA deve ser entendida nesse contexto. Aliado do presidente argentino, Arthur Frondizi, JK busca reeditar o plano Marshall estabelecido em 1947. Esse plano do governo norte-americano garantiu aos países da Europa ocidental e ao Japão capitais substanciais para sua reconstrução econômica após a Segunda Guerra mundial além de ter diminuído a influência da ideologia comunista nessas regiões. A

política dos Estados Unidos na América Latina, especialmente após eleição de Dwight Eisenhower, em 1952, caminhava no sentido oposto, colocando o subcontinente em posição secundária (VIDIGAL, 2013). **Kubitschek** esperava reverter esse quadro.

No final da década de 1950, a visão que os países americanos tinham com relação à Política Externa Americana era bastante crítica. Comandada no período pelo secretário de Estado John Foster Dulles, essa política externa frustrava sistematicamente as aspirações de independência, desenvolvimento e justiça dos países latino-americanos, devido à prioridade conferida à luta anticomunista. A impopularidade da política dos Estados Unidos na América Latina pôde ser comprovada por um evento ocorrido em 1958, quando o então vice-presidente norte americano Richard Nixon fez uma visita à América do Sul e foi bastante hostilizado nas cidades de Lima e Caracas. O alijamento brasileiro em relação ao Plano Marshall, que destinava recursos apenas para a recuperação da Europa Ocidental, no pós Segunda Guerra, foi violentamente questionado. Estava claro, naquele momento, que as relações entre os Estados Unidos e a América Latina pediam revisão. Pereira (2011) afirma que a proposta de Juscelino ia ao encontro desses anseios.

Ainda segundo Pereira (2011), para os países latino-americanos, a pobreza e os inúmeros outros problemas enfrentados no continente eram causados, na sua maior parte, pela negligência dos norte-americanos com o restante do continente. Diante do sentimento antiamericano reinante na América Latina, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) elaborou uma proposta cuja intenção era unificar todos os países da América, com objetivos amplos nas áreas política, econômica, militar e cultural. A Operação Pan-Americana, proposta no ano de 1958, objetivava, em sua essência, acabar com o subdesenvolvimento no continente por meio de um programa que estimulava o multilateralismo continental. JK e o presidente Eisenhower iniciaram a troca de uma série de cartas, nas quais o presidente brasileiro propunha o

restabelecimento e a revisão do ideal pan-americanista. Segundo o presidente brasileiro (Kubitschek, 1958), o pan-americanismo deveria ser uma força política de progresso econômico e social e não apenas um artifício jurídico, uma atitude intelectual ou um jogo de imagens nobres e generosas.

Indo além de uma aliança meramente econômica, a proposta estabelecia a ideia de solidariedade política, ou seja, se, por um lado, a cooperação econômica permitiria que as populações do hemisfério sul saíssem da miséria, por outro, formar-se-ia um escudo contra a penetração do Comunismo. É importante ressaltar, no entanto, que o multilateralismo americano proposto por Juscelino não abdicava de um interesse particular brasileiro que era maximizar a ajuda financeira ao audacioso Plano de Metas proposto pelo governo brasileiro. A austeridade e restrições de empréstimos patrocinadas pelo governo norte-americano que vigiam até então poderiam frustrar o Programa de Metas e a OPA pretendia, de forma não declarada, impedir esse óbice.

A proposta é encaminhada ao governo americano, que, em um primeiro momento, considera válida a ideia, na medida em que serviria ao propósito de melhorar a imagem da superpotência. Por outro lado, quando da divulgação do programa no Brasil, Juscelino recebeu duras críticas da imprensa nacional. Segundo Pereira (2011), alguns órgãos de imprensa chegaram a dizer que o programa tinha a finalidade de desviar a atenção dos problemas internos pelos quais o país passava.

A OPA foi considerada a maior iniciativa da política externa brasileira até então, sendo uma inspiração para a Política Externa Independente (PEI), iniciada nos governos subsequentes de Jânio Quadros e João Goulart.

5. CONTEXTO INTERNACIONAL À ÉPOCA DA PROPOSTA DA OPA

A Segunda Guerra Mundial consolidou os EUA como a grande potência mundial capitalista dada a sua ampla capacidade militar, econômica e tecnológica, além de sua grande influência política. A partir desse momento, começa uma intensa campanha norte-americana pelo livre comércio e o livre fluxo de serviços e capitais entre os países capitalistas, combatendo, assim, a grande intervenção interna que alguns Estados nacionais exerciam na economia no período. Essa política é explicada pela grande necessidade de novos mercados consumidores, além de acesso a matéria-prima.

Concomitantemente, a União Soviética, vivenciando o stalinismo de inspiração marxista, consolida-se como grande potência militar, com influência política e econômica em diversos Estados que adotaram regimes políticos e ficaram conhecidos como Socialismo Real. Essa disputa estratégica entre Estados Unidos e União Soviética e suas respectivas áreas de influência ficou conhecida genericamente como Guerra Fria.

Esse conflito não deflagrado por meios tradicionais que teria envolvido duas “superpotências” em uma rivalidade cujo campo de atuação, embora discutido, continua tendo fronteiras imprecisas. As descrições das características desse período reforçam o caráter da rivalidade existente entre EUA e URSS e, embora sob diferentes pontos de vista, apontam para a formação de um “mundo” diferenciado que correspondeu à Guerra Fria. Por meio dessa argumentação, o entendimento da Guerra Fria não pode ser fixado propriamente uma vez que o universo de percepção de onde emanam os condicionantes conceituais de tal conflito tornou-se muito maior do que é possível definir (HORTA, 2013, p. 59-70).

A OPA é proposta nesse contexto histórico de bipolarização pouco antes da Revolução cubana (1959). Essa Revolução foi a primeira experiência revolucionária marxista de sucesso no continente e seu sucesso impediu que a OPA se concretizasse. O receio norte-americano de uma propagação da ideologia comunista na América fez com que a superpotência capitalista alterasse sua política externa. A visão positiva inicial por parte dos Estados Unidos da proposta de Juscelino sofre um revés. Torna-se, nesse momento, cada vez mais difícil para o governo brasileiro convencer os demais países a levar a OPA adiante. Sem o total apoio norte-americano, não havia perspectiva para o programa concretizar-se.

Como alternativa à OPA, o governo estadunidense passa a fazer acordos bilaterais militares visando combater o movimento comunista na América. O impasse estava formado e não havia mais um objetivo que pudesse unir todos os países do continente. Como alternativa à OPA, os Estados Unidos propõem a Aliança para o Progresso. Esse era um projeto elaborado pelo governo de John F. Kennedy que tentava aliar ideais políticos, sociais, econômicos e culturais do continente americano para fazer força perante a ameaça comunista. Pereira (2011) afirma que as ideias mestras da Aliança eram bastante semelhantes às aquelas que haviam sido apresentadas pela OPA em 1958 e 1959. Vizentini (1994), por sua vez, enfatiza as diferenças entre os dois projetos afirmando que a Aliança para o Progresso priorizava capitais privados e relações bilaterais enquanto a OPA enfatizava a utilização de capitais públicos e a multilateralização das relações internacionais.

6. O DESFECHO DA OPA

Tudo ocorria bem nos planos de execução da OPA, as trocas de cartas entre os governos brasileiro e americano se tornava intensa, e tudo parecia tornar-se realidade. Afinal, todos, mesmo que não nas mesmas proporções, saíam ganhando.

Entretanto, no início de 1960, as relações entre os EUA e o novo governo revolucionário cubano entraram em constante desgaste que acabou na expulsão de Cuba da OEA em 1962.

O governo cubano tomou medidas que não agradaram aos norte-americanos, entre elas, a reforma agrária, expropriação e nacionalização de companhias estrangeiras. Além disso, havia cada vez mais uma aproximação econômica entre URSS e Cuba, que foi concretizada com a visita do vice-presidente soviético Anastas Mikoyan a Havana no início de 1960. Nessa visita, acordos comerciais e ajudas econômicas ficaram acordados entre as partes.

Essa aproximação da URSS com Cuba era muito importante. Ao mesmo tempo em que era mais um aliado, Cuba era um país geograficamente estratégico, situado em uma área vital para a segurança norte-americana. Até então, a penetração das ideias socialistas na região era ínfima, o que poderia se tornar uma realidade a partir daquele momento, tornando-se uma ameaça concreta para os interesses norte-americanos.

O impacto exercido pela Revolução Cubana sobre a política hemisférica norte americana implicou assim não apenas um imenso volume de pressões diplomáticas e econômicas sobre Cuba, mas numa mudança de orientação que abrangia o conjunto da América Latina (MELLO E SILVA, 1992, P.33-34).

Torna-se importante ressaltar que, naquela época, os EUA reconheceram que houve omissão da sua parte quanto aos problemas enfrentados pela América Latina naquele tempo. Com isso, os americanos passaram a buscar, por necessidade, o apoio latino americano tanto para o fortalecimento da relação entre as partes, dificultando a penetração de ideias socialistas, quanto à adoção de sanções bilaterais e multilaterais contra o governo cubano. Isso porque havia um comércio entre os dois países, na medida em que os norte-americanos importavam açúcar do país.

Enquanto isso, para Mello e Silva (1992), a política externa americana tem novas abordagens, não somente pela Revolução Cubana, mas também ao crescente sentimento antiamericano que tomava conta dos latino-americanos. Ela deixa de ser meramente uma ajuda para com a segurança e passa a ser um conjunto de desenvolvimento econômico, social e político. Concomitantemente, no Brasil, o comando do Itamarati passava por modificações: Horácio Lafer assumiu a posição de Negrão de Lima. Contudo, essa nova substituição no Ministério das Relações Exteriores não gerou mudanças na política externa brasileira. Lafer era um homem de confiança de JK e, para ele, a OPA continuaria sendo a preocupação e o objetivo da política externa brasileira.

Apesar de a nova investida por parte do governo brasileiro, a OPA não obteve os resultados desejados. Pouco depois da posse de Lafer, Deisenhofer, presidente norte-americano, realizou um *tour* pela América Latina, mas o caráter de sua visita teve de ser reavaliado, pois a visita aconteceu semanas depois do acordo comercial entre URSS e Cuba, mudando as tratativas e estratégias americanas, mesmo que ainda não tivessem totalmente delineadas.

Apesar de a OPA não ter sido totalmente concretizada, Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2011) defendem que seus resultados alteraram as relações dos EUA com a América Latina e tiveram efeitos imediatos, de médio e longo prazo. Em 1959, ainda meio às tentativas da criação da OPA, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi criado para ajudar no combate à pobreza na região. Ele entrou em vigor em 1960, e Felipe Herrera, delegado do Chile, foi eleito o primeiro Presidente do Banco. O convênio foi ratificado por 18 países, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Bolívia, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Peru. Além disso, os EUA criaram um fundo (Fundo de

Desenvolvimento Social) de aproximadamente UU\$ 600 milhões destinados a projetos de desenvolvimento na América Latina, fato inédito até então. Destacam-se também a criação da Associação Latino-americana de Livre-Comércio (ALALC) em 1960. Resposta um pouco mais tardia foi a Aliança para o Progresso criada pelo presidente norte-americano Kennedy em 1961.

No longo prazo, podem ser consideradas as propostas de integração do continente nas décadas de 1980, 1990 e 2000. Ao contrário do projeto da OPA, no entanto, estas discussões mais recentes destacam a união do continente latino-americano e a diversificação de parcerias como eixo estratégico da Política Externa, e não uma aliança privilegiada com os Estados Unidos da América. O multilateralismo que substituirá o projeto de JK será instrumentalizado, a princípio, no início da década de 1960 com a Política Externa Independente (PEI).

7. FALAS PRESIDENCIAIS ACERCA DA OPA

7.1 Discurso 1: Discurso à Nação e aos representantes diplomáticos dos Estados Americanos acreditados junto ao Governo Brasileiro

Em discurso realizado em 20 de junho de 1958, Juscelino Kubitschek destaca a importância da mudança de posição da Política Externa Brasileira no cenário internacional.

Não é admissível que uma nação como esta não tenha que opinar com maior autoridade naquilo que põe em permanente perigo a existência das sociedades humanas, uma vez que estão em jogo, necessariamente, também nossos interesses mais vitais (KUBITSCHKEK *apud* NUNES PINTO, 2010, p.27).

Ao longo do discurso fica claro que os perigos que ameaçam a existência humana são de cunho econômico e político,

ou seja, o subdesenvolvimento e a falta de democracia. A superação desses problemas passaria pela união dos países do continente americano para combater a pobreza e a falta de liberdade, transformando o pan-americanismo em realidade viva, numa política de ardente fraternidade e de indestrutível unidade continental.

Pelo que depreendo, tanto das reações que agora tenho observado, como da experiência que recolhi dos contatos com personalidades de relevo, visamos todos a um esforço conjunto para o fim exclusivo de transformar o pan-americanismo em realidade viva, numa política de ardente fraternidade e de indestrutível unidade continental (KUBITSCHKEK apud NUNES PINTO, 2010, p.28).

Além disso, a OPA teria ainda apoio dos Estados Unidos da América que, segundo Juscelino, necessitava e tinha sede de justiça pela contribuição em favor da liberdade do mundo. Ele destaca então a atuação norte-americana nas duas guerras mundiais ao mesmo tempo em que, afirma que ainda nos, no final dos anos 1950, essa luta era necessária, uma alusão implícita à luta contra o comunismo.

Deus sabe, porém, que, apesar de muitos sacrifícios e muito sangue derramado, os Estados Unidos da América, hoje mais do que nunca, necessitam e têm sede de justiça pela sua contribuição em favor da liberdade do mundo. (KUBITSCHKEK apud NUNES PINTO, 2010, p.29).

Para atingir todos os objetivos da OPA, o presidente elenca o que deveria ser feito:

...deveria ser intensificado o investimento pioneiro em áreas economicamente atrasadas do continente,

a fim de contrabalançar a carência de recursos financeiros internos e a escassez do capital privado. Simultaneamente, para melhorar a produtividade e, por conseguinte, a rentabilidade desse investimento, desdobrar-se iam os programas de assistência técnica. De igual significação e de grande urgência seria a adoção de medidas capazes de proteger o preço dos produtos de base das excessivas e danos às flutuações que o caracterizam (KUBITSCHKEK *apud* NUNES PINTO, 2010, p. 30).

7.2 Discurso 2: Balanceando a Política Externa Continental, em Reunião da Comissão Brasileira da Operação Pan-Americana, no Palácio Itamarati

Em discurso proferido em 6 de dezembro de 1959, Juscelino julga necessário examinar como estava o andamento da OPA. Era necessário, segundo o presidente, esclarecer os objetivos dessa proposta na medida em que, em breve, ocorreria a Undécima Conferência Interamericana. Kubitschek destaca, inicialmente, o interesse e a curiosidade por parte dos países participantes, até dos Estados Unidos da América, mesmo com seus inúmeros compromissos globais.

Naquela altura, alguns termos da OPA já haviam sido alterados, algo natural causado pelo contexto internacional e pelas necessidades e capacidades internas de cada país.

É que a ideia central da Operação Pan-Americana consiste em ressaltar o caráter imperioso da luta pelo desenvolvimento, bem como a necessidade de completar, mediante uma ação conjunta multilateral, os esforços que cada Estado emprega para tal fim no plano interno (KUBITSCHKEK *apud* NUNES PINTO, 2010, p.34).

Para o Brasil, o principal objetivo era o desenvolvimento, propiciando à população brasileira condições de ter uma vida digna.

Além disso, não era de interesse do governo brasileiro se organizar em um bloco fechado, ou seja, Juscelino ressalta que não seriam criadas restrições ao comércio com países fora do continente.

Não desejamos, de modo algum, nos organizar em bloco fechado, hostilmente competitivo em relação a outros agrupamentos regionais. No que toca ao Govêrno brasileiro — e não penso incorrer em erro ao supor seja a mesma a posição de todos os Govêrnos latino-americanos — a Operação Pan-Americana não exclui de modo algum, antes encara com simpatia e interêsse, a possibilidade de uma intensificação da cooperação econômica com os países extracontinentais que nos possam trazer contribuição útil contra o subdesenvolvimento (KUBITSCHEK apud NUNES PINTO, 2010, p.35-6).

Continuando, JK ressalta que os países americanos, juntos, seriam mais fortes e poderiam criar uma vasta zona de política homogênea que abriria maiores possibilidades de investimentos.

Juntos, formamos um grande mercado potencial, em contínua expansão; unidos, poderemos criar vasta zona de política econômica homogênea e se nos abrirão maiores possibilidades de investimentos para aquisição de técnica em realizações que ultrapassem a capacidade de um só país (KUBITSCHEK apud NUNES PINTO, 2010, p.35-6).

Para criação dessa zona política homogênea, os “países mais afortunados do Continente estarão em condições de colaborar no esfôrço geral com meios de maior envergadura que os dos menos favorecidos”, por outro lado, esses países mais fortes “só terão a lucrar com um processo geral de desenvolvimento harmônico” (KUBITSCHEK apud NUNES PINTO, 2010, p.35-6).

Para aqueles que ainda estavam contra o projeto da OPA, Kubitschek afirma que, ao menos, a proposta já havia despertado a inconformidade, a revolta contra a miséria e a vontade de recuperar o tempo perdido pelo continente. Para recuperar esse tempo perdido, o presidente apela para nossa suposta maturidade:

Já somos bastante adultos para não parecermos como o continente da divisão, das divergências, das retaliações, ao passo que, em nosso próprio território, lavram, e ameaçam estender-se como um câncer, os males da estagnação: a fome, a doença, a incultura (KUBITSCHEK apud NUNES PINTO, 2010, p. 37).

Juscelino ainda ele elogia Carlos Tobar, chanceler do Equador, e apoia sua ideia de criação um novo Conselho de Desenvolvimento Econômico, dotado de autoridade executiva e autonomia análoga à do próprio Conselho da Organização. “Atitudes como essa, (...) evidenciam o perfeito acordo de pontos de vista entre nossos dois países no tocante aos princípios e objetivos da Operação Pan-Americana” (KUBITSCHEK apud NUNES PINTO, 2010, p.35-6).

O presidente encerra o discurso enfatizando que

a Operação Pan-Americana nasceu para unir o Continente, não para criar divisões. Temos também como certo que a maior parcela do esforço em prol do fim comum deverá recair sobre cada país em particular, pois nação alguma poderá superar suas dificuldades e encontrar o caminho redentor, sem que se empregue a fundo nessa tarefa vital (KUBITSCHEK apud NUNES PINTO, 2010, p. 38).

7.3 Discurso 3: No Palácio do Itamarati, perante os membros do Conselho da Operação Pan-Americana

Em seu último discurso como presidente do Brasil, ocorrido em 31 de dezembro de 1960, Juscelino faz um balanço acerca de seu governo e da OPA. O presidente se mostrava preocupado com a opinião pública que, segundo ele, possuía um hábito mesquinho de pensar o Brasil negando a verdade de qualquer maneira. Apesar disso, Kubitschek estava muito satisfeito com o resultado dos cinco anos em que esteve à frente do poder. Entre os feitos de seu governo, ele destaca: a colocação do Brasil em uma posição de destaque no cenário internacional, a criação de uma nova capital, a maior participação política dos trabalhadores, o crescimento do setor automobilístico e, principalmente, uma nação que não se conforma com a miséria. Ele afirma:

A verdade, brasileiros, é que somos um país que caminha sozinho. Um país que não se deixa ficar no atraso e marcha avante, corajosamente, ajudado ou desajudado, em direção a um destino de grandeza (KUBITSCHEK *apud* NUNES PINTO, 2010, p.59).

Quanto à política exterior, Juscelino resume seus cinco anos à necessidade de se valorizar devidamente a América Latina. Ele se mostra ainda bem preocupado com o rumo que o continente iria tomar. Era inadmissível para ele que a América Latina fosse esquecida pelas nações desenvolvidas, pois a superação do subdesenvolvimento era de interesse vital para o destino dos ideais democráticos.

Em relação à América Latina, não hesito também em dizer que o seu desenvolvimento — a superação das suas atuais condições de subdesenvolvimento — é de interêsse vital para o destino dos ideais democráticos. Cada dia me

convenção mais de que a luta decisiva e final pelo domínio do mundo se travará neste Continente (KUBITSCHKEK apud NUNES PINTO, 2010, p.61).

A alternativa segundo o presidente era a vitória de líderes extremados, uma clara alusão às ditaduras comunistas.

Não duvidemos: ou damos um impulso criador à América Latina, acendendo esperanças e acelerando o progresso nesta parte do mundo, ou será inevitável a superação dos homens políticos de posição moderada, como quem vos fala, por líderes extremados que conseguiram romper os laços de solidariedade dos povos americanos com a causa democrática (KUBITSCHKEK apud NUNES PINTO, 2010, p.61).

Quanto aos Estados Unidos, Juscelino destaca o apoio do presidente Eisenhower para uma melhor compreensão dos problemas latino-americanos. Kubitschek também sugere uma nova forma de colaboração norte-americana no que diz respeito aos prazos e condições de reembolso aos empréstimos já concedidos. Já com relação à Europa, Juscelino diz que estavam frios e indiferentes com relação à América. Eles não percebiam que a prosperidade latino-americana só iria contribuir para constituição de um mundo livre.

Fôrça é reconhecer, de outro lado, que as nações europeias, que desfrutam hoje de uma prosperidade que não conheceram jamais, se têm mantido frias e indiferentes aos problemas da América Latina, como se não fôssemos herdeiros e continuadores de sua cultura e como se não lhes interessássemos para a defesa do humanismo ocidental e do sistema de vida democrático (KUBITSCHKEK apud NUNES PINTO, 2010, p.63).

Para não terminar seu discurso em tom pessimista, o presidente manifestou sua esperança no que dizia respeito às

relações intercontinentais, citando o então Senador, e posteriormente, presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy proferido em 1958:

Se não nos preocuparmos com nossos amigos deste continente; se os considerarmos merecedores apenas de pouca atenção, a não ser numa emergência; (...), referindo-nos à América Latina como nosso quintal; se insistirmos em uma atitude de achar que nós, norte-americanos, sabemos tudo, lançando água fria nas suas propostas de cooperação econômica, então poderá não estar longe o dia em que a nossa segurança estará mais em perigo nesta área do que nas mais distantes regiões do mundo, às quais temos dado nossa atenção (KUBITSCHEK apud NUNES PINTO, 2010, p. 63).

8. CONCLUSÃO

Discursos acerca da OPA e Construção da Identidade Brasileira

A Operação Pan Americana foi uma tentativa do governo de Juscelino Kubitschek em unir os países da América em torno de interesses comuns. Essa união seria liderada pelos EUA, principal força do continente e que travava uma guerra ideológica com a URSS durante a chamada Guerra Fria. O projeto tinha princípios políticos, sociais, militares, culturais e econômicos e seu principal objetivo era acabar com a pobreza no continente e afastar a ameaça de uma Revolução socialista. Para que a proposta avançasse, era essencial que alguns fatores se concretizassem, entre eles, a aceitação dos EUA e um consenso no Brasil e no restante do continente. A fim de que isso ocorresse, Juscelino aproximou-se do presidente norte-americano e, simultaneamente, buscou forjar uma unidade americana em relação ao tema. A imagem desgastada dos

Estados Unidos na América Latina, que considerava a grande potência capitalista responsável pelo subdesenvolvimento continental, contribuiu sobremaneira para o apoio desse país ao projeto.

A aceitação por parte da população brasileira e demais Estados do continente, por sua vez, giravam em torno da criação de uma identidade americana. Os discursos presidenciais foram uma das estratégias de Juscelino para efetivar esse objetivo. Ele tentava passar a ideia de que as nações “amigas” seriam aqueles pertencentes ao continente americano e que as “inimigas” seriam aquelas que não faziam parte do continente e que, portanto, não comungavam os mesmos desejos continentais. Ênfase especial era dada à ameaça representada pelo bloco socialista. O presidente acreditava que, com a união, haveria um fortalecimento continental e a possibilidade da América se impor perante o resto do mundo, principalmente, do ponto de vista econômico. Além disso, com a ajuda dos norte-americanos, a pobreza que tomava conta do continente seria erradicada.

Neste artigo, foram destacados discursos realizados durante o mandato de Kubitschek. Ficam claras as intenções do governo em transmitir essa necessidade de aproximação das nações amigas da América. Aproximações estas que, de fato, ocorreram durante seu governo, propiciando um maior respeito e autonomia da política externa brasileira. Entretanto, a revolução socialista cubana, ocorrida em 1959, alterou os rumos da Operação Pan-Americana. Tal evento obrigou os EUA a mudarem os rumos de sua política externa. O foco norte-americano passou a ser o combate à propagação das ideias socialistas. A proposta da OPA foi substituída, então, pela “Aliança para o Progresso” que, apesar das diferenças, originou-se da proposta brasileira. Apesar da não implementação, ainda assim, destacam-se, entre os resultados do projeto brasileiro, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo de Desenvolvimento Social destinado a projetos de desenvolvimento na América Latina.

O presente artigo discutiu, na sua essência, a importância dos discursos para formação da identidade americana. É notório que as tentativas de construção dessa identidade remontam ao final do período colonial. Naquele contexto se destacaram a doutrina Monroe e o bolivarianismo, esse último restrito a continente latino-americano. Os diferentes desenvolvimentos histórico, econômico, sociais e culturais do continente, no entanto, frustraram esses projetos pan-americanos e aqueles que os sucederam. Apesar dos diferentes contextos históricos, o pan-americanismo de JK se assemelha a esses primeiros movimentos ao utilizar a questão da identidade americana com fins políticos e econômicos. Ao apontar as ameaças externas buscavam, em especial através de discursos, forjar uma identidade que legitimasse os projetos dos detentores do poder de então.

REFERÊNCIAS

ASHLEY, R. "The geopolitics of geopolitical space: toward a critical social theory of international politics". **Alternatives**, v. 12, p. 403-34, 1987.

ASHLEY, R. "Living on Boderlines: Man, Poststructuralism, and War", p. 259-322. In: DER DERIAN; SHAPIRO. **International/Intertextual Relations: Postmodern Readings in World Politics**. Lexington, Lexington Books, 1989.

ASHLEY, R.; WALKER, R. "Introduction: Speaking the Language of Exile: Dissidence in International Studies". **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 3, p. 259-368, 1990.

CAMPBELL, D. **Writing Security. United States Foreign Policy and the Politics of Identity**. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1998.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior no Brasil**. Brasília, UNB, 2011.

DERRIDA, J. **Of Grammatology**. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1976.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Power/Knowledge: Selected Interviews & Other Writings**. New York: Pantheon, 1980.

HANSEN, L. Security as Practice: **Discourse Analysis and the Bosnian War**. London, Routledge, 2006.

HORTA, Luiz Fernando Castelo Branco Rebello. O mecanismo explicativo e a eclipse da vontade: o conceito de bipolaridade. *Revista acadêmica de Relações Internacionais*, n. 3, v.1, p. 59-70, 2013.

KEOHANE, R. “International Institutions: Two Approaches”. **International Studies Quarterly**, v. 32, p. 379-396, 1988.

KUBITSCHKEK, J. (1958). **Operação Pan-Americana (OPA)**. Disponível em: <<http://jk.cpdoc.fgv.br/fatos-eventos/operacao-pan-americana-opa>>. Acesso em: 24 de Maio de 2014.

LE GOFF, J. História e memória. **Campinas, Ed. Unicamp, 1994**.

LUSTOSA DA COSTA, Frederico; LUSTOSA DA COSTA, Elza Marinho. Nova História da administração pública brasileira: pressupostos teóricos e fontes alternativas. *Rev. Adm. Pública*, v. 50, n. 3, p. 215-236, mar./abr. 2016.

MELLO E SILVA, Alexandra. **A política externa de JK: operação pan-americana.** Rio de Janeiro, CPDOC, 1992.

NUNES PINTO, Luíza Helena. **Discursos Selecionados do Presidente Juscelino Kubitschek.** Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 2010.

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. “Pan-Americanismo e Anticomunismo: A Operação Pan-Americana no Brasil e as origens da Aliança para o Progresso nos Estados Unidos”. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.** São Paulo, ANPUH, 2011.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Augusto Frederico Schmidt: o poeta de dependência consentida. In: PIMENTEL, José da Silva (org.). **Pensamento Diplomático Brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950).** Brasília, FUNAG, 2013, p.1027-1059.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. “Política exterior e desenvolvimento (1951-1964): o nacionalismo e a política externa independente”. IN: **Revista Brasileira de História.** São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 14, n.27,1994, p. 99-112.

WALKER, R. B. J. **After the Globe, Before the World.** London, Routledge, 2010.